



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011316-56.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Victor Hugo Zabotto Rosa**  
 Requerido: **Vivo S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que tinha dívida com a ré, a qual foi regularmente quitada.

Alegou ainda que não obstante a ré não promoveu sua exclusão dos órgãos de proteção ao crédito mesmo sem ter razão para que isso subsistisse, de sorte que almeja a tanto e ao ressarcimento dos danos morais daí derivados.

A ré em genérica contestação não refutou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor.

Todavia, os documentos de fls. 73/74 e 76/77 levam à conclusão de que a pretensão deduzida não pode prosperar.

Isso porque deles se extrai que a única inserção do autor levada a cabo pela ré foi excluída em 26/07/2013 (fl. 74) e em 17/05/2013 (fl. 77) respectivamente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

É relevante notar que o autor não se manifestou sobre esses documentos, cujos conteúdos em consequência devem ser acolhidos.

Bem por isso, não se tendo configurado o fato constitutivo do direito do autor (permanência de negativação sem que houvesse motivo para isso), o pleito exordial não vinga.

Como se não bastasse, aqueles mesmos documentos evidenciam que o autor ostenta outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas.

Tal circunstância torna aplicável ao caso a regra da Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça (*“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*).

Sob qualquer ângulo de análise, portanto, a conclusão será sempre a mesma, vale dizer, a de que o autor não faz jus ao recebimento da indenização pleiteada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**